



Eixo: Classes sociais, geração e Serviço Social.

Sub-eixo: Juventude.

CONDIÇÃO JUVENIL BRASILEIRA EM TEMPOS CONTEMPORÂNEOS: DAS ESTATÍSTICAS À ATUAÇÃO DOS COLETIVOS JUVENIS NAS MARGENS DE FORTALEZA/CE.

Leila Maria Passos de Souza Bezerra¹

Jamille Rodrigues Braga²

Lívia Kelly da Silva³

Benedita Beatriz Elias Dias⁴

Rayanne Rodrigues Valentim⁵

Resumo: O presente artigo problematiza a condição de jovens no Brasil contemporâneo a partir das estatísticas oficiais, em direção às práticas de resistências do Coletivo Juvenil Favelart, que atua na região do Grande Bom Jardim nas margens de Fortaleza-CE. Problematisa-se tais estatísticas e interpreta-se as percepções dos jovens atuantes neste coletivo juvenil. Configura-se em recorte da pesquisa intitulada "Vulnerabilidades juvenis e práticas de resistência político-culturais nas margens de Fortaleza-CE: narrativas e experiências de jovens negros no Bom Jardim", realizada no período de 2016-2017. Realizou-se pesquisas bibliográfica, documental e de campo, com metodologia qualitativa e adoção da observação e entrevistas semiestruturadas.
Palavras-chave: Juventudes; Resistências político-culturais; Margens urbanas.

Abstract: The present article problematizes the condition of young people in contemporary Brazil from the official statistics, towards the resistance practices of the Favelart Youth Collective, which operates in the Great Bom Jardim region on the margins of Fortaleza-CE. These statistics are problematized and the perceptions of young people acting in this youth group are interpreted. It is set out in a research section entitled "Youth vulnerabilities and political-cultural resistance practices on the banks of Fortaleza-CE: narratives and experiences of young blacks in Bom Jardim", held in the period 2016-2017. Literature, documentary and field research were carried out with qualitative methodology and adoption of observation and semi-structured interviews.

Keywords: Youth; Political-cultural resistance; Urban margins.

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual do Ceará. E-mail: <leila.passos@uece.br>

² Estudante de Graduação. Universidade Estadual do Ceará.

³ Estudante de Graduação. Universidade Estadual do Ceará.

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Estadual do Ceará.

⁵ Profissional de Serviço Social. Universidade Estadual do Ceará.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tematiza sobre a condição juvenil no Brasil contemporâneo, fazendo referência às juventudes e suas práticas político-culturais de resistências, em particular, aquelas localizadas nas margens urbanas⁶. Nesse sentido, objetivou-se refletir sobre a condição juvenil no Brasil contemporâneo, mediante o recurso às estatísticas nacionais, associada às situações sociais de jovens residentes nas margens de Fortaleza, na especificidade da região do Grande Bom Jardim, e suas práticas de resistências desenvolvidas via coletivo juvenil criado e protagonizado por jovens moradores desta região.

Importa ressaltar que este trabalho concerne em recorte específico da Pesquisa de Iniciação Científica (IC), no âmbito da Universidade Estadual do Ceará (UECE), que se encontra condensada no relatório final intitulado “Vulnerabilidades juvenis e práticas de resistência político-culturais nas margens de Fortaleza-Ce: narrativas e experiências de jovens negros em seus percursos e territórios no Bom Jardim”. Buscou-se, nesta pesquisa, compreender e interpretar as trajetórias e os percursos – individuais e coletivos – de jovens negros (as) em situação de pobreza residentes no Grande Bom Jardim em Fortaleza-Ce, com ênfase no coletivo juvenil FavelArt. Em termos metodológicos, foram realizadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo, de natureza qualitativa, e adotadas as técnicas de observação sistemática *in locu*, com registro em diário de campo, em complementaridade

⁶Margens Urbanas, na perspectiva de Telles (2010), ultrapassa as definições limitadas a territórios de pobreza ou de violência. As margens se movimentam e se deslocam de acordo com o que é vigente, assim, estes espaços são produzidos de acordo com as forças de ordem que o regem. A presença do Estado mostra-se em faces e práticas de contraconduta (TELLES apud BEZERRA, 2015).

com a entrevista semiestruturada. Os interlocutores (as) foram os (as) fundadores (as) e protagonistas deste coletivo juvenil. Tal pesquisa foi materializada no período de agosto de 2016 a julho de 2017, contando com as parcerias da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para a garantia das bolsas de iniciação científica.

Dentre os “achados” desta pesquisa, identificou-se que os (as) jovens interlocutores (as) reconhecem as múltiplas vulnerabilidades socioeconômicas e civil (KOWARICK, 2010) às quais são submetidos, cotidianamente, reforçadas por processos de estigmatização e segregações socioterritoriais. Imagens negativadas (re)produzidas por parcela da mídia policiaisca (escrita e falada) de Fortaleza, pelo Estado – em sua face repressora, coercitiva e penal-punitiva predominante nas margens urbanas – e por uma parcela da sociedade civil, a naturalizar a associação perversa entre pobreza, criminalidade e violência urbana recorrente no imaginário social brasileiro. Salientamos que, embora convivendo com tais processos, estas juventudes constroem formas de resistir, lutar e (re)existir, na perspectiva de elaboração de recusa crítica das classificações negativas que lhes são socialmente atribuídas e de reinvenção do *viver nas margens* (BEZERRA, 2015). Buscam, em seus coletivos juvenis, neste caso o FavelArt, desenvolver práticas político-culturais que problematizam tais imagens, no intuito de transformar o espaço em seus territórios vividos, recriar suas dinâmicas sociais e ressignificar as imagens da região do Grande Bom Jardim então projetada como “perigosa” e “violenta”. Este artigo atravessa as estatísticas oficiais sobre as juventudes brasileiras em direção às experiências de jovens em situação de pobreza residentes nesta região de Fortaleza, que ousaram tecer práticas de resistência e de (re)existência coletivas.

2. CONDIÇÃO JUVENIL CONTEMPORÂNEA NO BRASIL: estatísticas em foco

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população jovem no Brasil corresponde a 51,3 milhões de jovens entre 15 e 29 anos de idade⁷, compondo um quarto da população brasileira: 26,1%. Do quantitativo total desses jovens, enquanto 15,2% vivem em meio rural, a maioria, 84,8%, encontram-se nas cidades do País. O perfil da juventude brasileira foi analisado por pesquisa da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), realizada entre abril e maio de 2013, reconhecendo tal público como quantitativamente expressivo, variado e transpassado por diversas desigualdades (BRASIL, 2013).

A supracitada pesquisa exhibe, em suas subdivisões, a predominância de mulheres jovens em relação aos homens, com porcentagem, respectivamente, de 50,4% e 49,6%. A quantidade de jovens no que concerne à estratificação socioeconômica, considerando-se a “renda domiciliar per capita”, identificou que 29% deles estão nos estratos sociais mais baixos, 50% encontram-se nos médios, e 11% nos mais altos. Na subdivisão dos estratos mais baixos – extremamente pobres, pobres e vulnerável, segundo a classificação desta pesquisa nacional – os (as) jovens que vivem em famílias com renda mensal *per capita* menor que R\$140 são consideradas pobres. É considerado (a) vulnerável aquele (a) que viva em uma localidade cuja renda *per capita* esteja abaixo da linha da pobreza (R\$140), ou seja, possui magnitude de vir a ser pobre no futuro. E os extremamente pobres correspondem àqueles (as) que estiverem abaixo desta renda⁸.

⁷ Faixa etária demarcada pelo Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.

⁸ Atentamos que, segundo esta pesquisa, o recorte de renda segue o aplicado no estudo sobre estratos econômicos do IPEA que deu origem à discussão sobre as chamadas “novas classes médias”. O relatório desse estudo, *Comissão para Definição da Classe Média no Brasil está acessível em*: < <http://www.abruc.org.br/sites/500/516/00002809.pdf>>.

Tal pesquisa também elencou os fatores ditos mais preocupantes para os jovens na atualidade, e o resultado mostrou a violência em primeiro lugar, então pontuada por 43% dos jovens entrevistados. Este dado não surpreende, posto que a violência urbana tem sido considerada uma das expressões mais contundentes da questão social (IAMAMOTO, 2010) na vida dos (as) brasileiros (as), ganhando proporções de tragédia para parcela de jovens neste século XXI, com ênfase naqueles em situação de pobreza, afrodescendentes e moradores das margens urbanas.

De acordo com o Atlas da Violência de 2016, estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FPSP), o Brasil chegou à marca recorde de 59.627 mil homicídios em 2014. No que diz respeito aos jovens, essa realidade é mais alarmante. Segundo o Mapa da Violência de 2015, o Brasil é o terceiro país como o maior número de mortes de crianças e adolescentes, atrás apenas de México e El Salvador. De fato, a(s) juventude(s) brasileira(s) encontram-se submetidas não apenas às vulnerabilidades socioeconômicas, mas também civil (KOWARICK, 2010), a exigir a implementação de políticas públicas sociais capazes de prevenir e enfrentar essa situação. Afinal, a violência urbana tornou-se uma experiência constitutiva dessa geração, conforme referenciada em pesquisas nacionais sobre juventudes, devido à sua persistência e gravidade imposta à condição juvenil na contemporaneidade.

Nesse sentido, voltamos maior atenção, nesse momento, para a região Nordeste, em especial para o Ceará e sua capital, Fortaleza, para refletir acerca desta condição juvenil. Segundo o Mapa da Violência de 2014 (WAISELFISZ, 2015), o Nordeste ficou em primeiro lugar com o maior número de homicídios, constituindo 20.960 mortes em números absolutos. No período de 2004 a 2014, esta região contabilizou o maior aumento de violência da história (182%), congregando os seis estados que demonstraram crescimento superior a 100% na taxa de homicídio do Nordeste (Atlas da Violência, 2016). Quando se reporta aos homicídios de jovens, o Nordeste foi, em 2012, a primeira região com o maior

número dessa estatística no País, em números absolutos, com 12.092 mortes (WAISELFISZ, 2015).

Sobre os dados dessa violência letal, ao observar o componente raça/cor, segundo trata o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade – IVJVD (2014), identificou-se que as taxas de mortalidade por homicídio entre jovens negros são superiores em todas as regiões, com a maior discrepância verificada no Nordeste, na qual a taxa de homicídios entre jovens negros (87,0%) é quase 4 vezes superior a de jovens brancos (17,4%).

No que se refere ao Ceará, segundo dados do IBGE (2010), do quantitativo de 8.452.381 habitantes, aproximadamente 2,5 milhões são jovens, na faixa etária de 15 a 29 anos de idade. E tal segmento juvenil tem tornado-se alvo preferencial da violência letal neste estado. Em 2012, o Ceará ficou na terceira colocação dentre os estados brasileiros com o maior número de homicídios, correspondendo a 44,6 mortes para cada 100 mil habitantes, comparando ao ano de 1998, encontrava-se em 17º colocado, com 13,4 homicídios para essa mesma quantidade populacional. No que se refere ao número de jovens assassinados, o Ceará ocupava a quarta posição, com registro de um crescimento de 218,5% nos anos de 2002 a 2012 (WAISELFISZ, 2015).

Ao relacionar-se essa violência à variável raça/cor, outro aspecto ganha destaque em termos da condição juvenil brasileira neste século XXI: verifica-se, segundo o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade (2014), que o Ceará ocupava a sexta posição da região Nordeste com maior taxa de homicídio entre jovens negros, em um total de 58,3%, para cada 100 mil habitantes. O município de Fortaleza, por sua vez, de acordo com estatísticas do IBGE (2010), possuía mais de 700 mil jovens, na faixa etária entre 15 e 29 anos de idade, correspondente a 29,3% da população total desta cidade e a 28,8% do total de jovens cearenses. Dentre os dez bairros com o maior quantitativo de jovens encontrava-se o Canindezinho, território no qual o coletivo Favelart é mais atuante na região do Grande Bom Jardim, com um número de 11.784 jovens (IBGE, 2010). Além deste, dentre os bairros mais populosos em relação aos

jovens fortalezenses, dois outros bairros constitutivos desta região: Granja Lisboa (14.520) e Granja Portugal (11.142).

Sobre os dados socioeconômicos, de acordo com a Revista Fortaleza 2040 (Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2016), a extrema pobreza persiste nesta cidade, atingindo 13,6% da população fortalezense em 2010, com concentração dos maiores índices nos bairros das Secretarias Executivas Regionais (SER) V e VI, ora configuradas também como as mais populosas. Verifica-se, ainda segundo o Plano Fortaleza 2040 (2016), que nove bairros possuem quase 35% do total das pessoas na condição de extrema pobreza. Cinco destes bairros com elevada pobreza encontram-se na SER V – inscritos nas margens urbanas fortalezenses – enquanto os dez bairros com menor índice de pobreza estão localizados na Regional II, reconhecida como zona “nobre” desta metrópole.

O relatório intitulado "Violência Letal Contra as Crianças e Adolescentes do Brasil" (WAISELFISZ, 2015), realizado pela Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO), que aponta os dados baseados no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), indicava que Fortaleza era a capital dos estados brasileiros com o maior índice de homicídios de crianças e adolescentes. Segundo este relatório, o número de assassinatos na idade de 0 a 19 anos, em 2013, correspondeu a 81,3 para 100 mil habitantes. Quantitativo cinco vezes maior que a média nacional no ano, relativo a 16,3 homicídios por 100 mil habitantes.

Ao focar o recorte de cor/raça na interface com a violência estabelecida em nessa capital, os números são assustadores, pois expressam desconexão entre as taxas de negros e brancos concernentes à violência letal, a explicitar o quanto a desigualdade sociorracial configura-se em eixo estruturante da formação sociohistórica brasileira articulado às dimensões de classe social e de gênero. Dessa forma, de acordo com o Mapa da Violência de 2014 – com dados de 2012 –, enquanto a taxa de homicídio de jovens brancos – entre 15 e 29 anos – concentra um total de 40, 9 por 100 mil jovens, a taxa dos jovens negros, vítimas de homicídio, perfazia um total de 256, por 100 mil jovens, a desnudar a

persistência das desigualdades de cor/raça vigente no Brasil, sobretudo, a atingir a condição juvenil neste País.

Em termos da região do Grande Bom Jardim, localizada nas margens de Fortaleza considerada área periférica desta metrópole, o número de jovens é de 57.679, na idade entre 15 e 29 anos (IBGE, 2010), divididos entre os cinco bairros que a constitui: Granja Portugal, Granja Lisboa, Siqueira, Bom Jardim e Canindezinho. Estes dois últimos bairros configuram-se como o principal *locus* da pesquisa ora em tela, com especial atenção ao Canindezinho, território central de intervenção do coletivo Favelart. Nessa perspectiva, ressaltamos que o Canindezinho possui o quantitativo de 11.784 jovens, entre 15 e 29 anos de idade, enquanto o bairro Bom Jardim compreende 10.044 jovens, na mesma faixa etária. É importante mencionar que estes bairros ocupam, respectivamente, o 8º e o 16º lugar de bairros mais populosos, com relação aos jovens de Fortaleza.

Mediante as estatísticas então pontuadas, percebe-se que os bairros da cidade de Fortaleza mais afetados de maneira negativa no que se refere às desigualdades sociais, a pobreza e a violência urbana, a delinear situações de vulnerabilidades socioeconômicas e civil (KOWARICK, 2010), tratam-se, principalmente, dos que estão localizados nas áreas ditas periféricas de Fortaleza. Zonas urbanas marcadas pela frágil intervenção social do Estado em sua versão protetiva em contraposição à sua face penal-punitiva em vias de expansão, bem como submetidas a processos de estigmatização e segregação socioterritoriais reproduzidos sobre seus moradores, em especial direcionados às juventudes das ditas margens urbanas. Processos adensados diante da espetacularização e da estetização da violência urbana envolvendo jovens nas margens de Fortaleza, na condição de suas vítimas e/ou protagonistas, conforme (re)produzidos seja via estatísticas oficiais, seja pela superexposição de imagens negativadas nas mídias. Para além das figurações públicas estigmatizantes projetadas acerca das juventudes *das e nas* margens urbanas de Fortaleza-CE, o item seguinte aborda a contraface deste processo: aquela

em que jovens em situação de pobreza buscam resistir e (re)existir a partir de seus territórios vividos, a criar, nestas zonas ditas “periféricas e perigosas” outras significações e experiências das juventudes.

2.1 Condições juvenis no âmbito do território Grande Bom Jardim: pontos de vista de jovens protagonistas do Coletivo Juvenil FavelArt

A região do Grande Bom Jardim corresponde ao lugar de moradia dos jovens integrantes do coletivo Favelart, que discorrem acerca dos processos vivenciados, cotidianamente, no âmbito desses territórios. E, assim, demonstram as suas condições e situações juvenis, a partir de suas experiências, nesta zona urbana considerada periferia desta metrópole. É importante demarcar que o Grande Bom Jardim é conhecido e reconhecido no imaginário social dessa cidade pela “má fama” ligada à presença da criminalidade e/ou narcotráfico. Esta “marca”, denominada por Wacquant (2006) como fenômeno de estigmatização territorial, em que se atribui aos sujeitos um conjunto de características de desqualificação e descrédito social, considerando-se a má reputação associada a seu *lócus* de moradia e convivência, foi sendo atribuída a este território, ao longo da história, reproduzindo, portanto, imagens e discursos negativizados a este local e seus moradores, em especial ao público juvenil.

Em suas narrativas, os (as) jovens entrevistados (as) – residentes, mais especificamente, nos bairros Bom Jardim e Canindezinho – reconhecem as vulnerabilidades às quais estão submetidos cotidianamente, destacando como estas influenciam em sua sociabilidade. Por outro lado, demonstram resistência a estas problemáticas, ao vivenciarem o território como *lócus* de pertencimento e reconhecimento social, através de suas práticas artístico-culturais, mediante a participação em coletivos juvenis, como espaços de enfrentamento às condições precárias de convivência no lugar, que lhes são impostas.

Desse modo, uma das problemáticas sentidas pelos jovens devido a essa marca que subjuga esse território, refere-se ao modo como os não moradores do território percebem os moradores deste, acabando por associar imagens e personalizações negativas e ofensivas, sobretudo sobre estes jovens, que, em seus percursos de busca por estudo, lazer, trabalho, cultura, entre outros, fora de seu *lócus* de moradia, acabam por estar mais vulneráveis a esse estigma, interferindo em suas vidas de forma direta e/ou indireta. Tanto é que, segundo relatos desses (as) jovens, quando alguém menciona ser morador de algum dos bairros integrantes do Grande Bom Jardim, as pessoas costumam utilizar expressões de susto, espanto e medo – o recorrente “*viche!*” – atribuindo perspectivas generalizantes, através de uma visão negativa sobre o local e seus residentes. Segundo relatou um dos jovens interlocutores desta pesquisa:

O pessoal de fora vê... se você tiver num lugar, assim tipo a beira mar e falar “Ah, eu moro no Canidezinho”, o pessoal já.. “Grande Bom Jardim”..já “Meu Deeeus!”. Não sabe o que acontece aqui né, que aqui tem muitas famílias, muitas pessoas boas. (Malabarista)⁹.

Os (as) jovens entrevistados (as) também mencionaram acerca de como percebem esta mirada dos outros, falando tanto sobre as percepções dos não moradores da região, como as dos próprios moradores locais, o que ocorre, acredita-se, devido ao próprio estigma socialmente projetado sobre as “juventudes pobres das periferias”. Na narrativa abaixo, a interlocutora retrata essa problemática vivenciada por tais jovens, a saber:

É bem complicado. Porque as pessoas não, elas não te tratam como... É um tratamento bem diferente. Eles não te tratam bem. Eles te rebaixam e tal. Não só os policiais, não só o governo, são as próprias pessoas. Até, às vezes, até os próprios moradores. Às vezes, eles se acham melhores que a gente e tal. É bem complicado. (Bailarina).

⁹ Respeitando a dimensão ética da pesquisa social e pelo sigilo, optou-se pelo uso de codinomes. Essa substituição foi realizada para resguardar a identidade do (as) interlocutores (as), e a escolha de seus codinomes foi realizada a partir de características próprias apresentadas pelos próprios atores sociais desta pesquisa.

De acordo com Kowarick (2003), as margens urbanas das cidades brasileiras estão passando por amplos processos de vulnerabilidades socioeconômica e civil – como foi possível apreender, tanto através dos dados mencionados no item anterior, que caracterizam a região periférica do Grande Bom Jardim, como pelos aspectos tratados no início desse item – que estão levando àquilo que pode ser chamado de “*processo de descidadanização*”, em que os sujeitos têm seus direitos constantemente negados. Nessa perspectiva, os (as) jovens interlocutores (as), reconhecem tais vulnerabilidades socioeconômicas e violência urbana aos quais estão submetidos, que afetam, incisivamente, sua condição juvenil. Porém, mencionam sobre a ênfase e espetacularização dadas aos acontecimentos de violência urbana nesta região, especialmente as associadas ao crime e ao narcotráfico. Os discursos estigmatizantes, nessa proporção, tornam invisíveis as inúmeras práticas artístico-culturais realizadas por estes(as) jovens moradores(as) do Grande Bom Jardim, em seus processos de resistências políticas.

Por isso, o fato de dar-se ênfase ao contexto de violências existentes nesses territórios, ou seja, ao se estabelecer essa “estigmatização territorial”, traz implicações negativas no que se refere às políticas públicas sociais. Afinal, o poder público parece justificar “justificar” decisões de fragilização ou mesmo anulação de direitos, que deveriam materializar-se também nos ditos territórios às margens da cidade, ao passo que sobre estas se projetam a imagens de “um lugar de não direito” (WACQUANT, 2006), nos quais as expressões da questão social passam a ser criminalizadas e concebidas como casos de “lei e ordem”. Desta feita, a reivindicação social crescente por “segurança pública” – leia-se resguardo da ordem instituída, da propriedade privada e da integridade física de segmentos sociais reconhecidos pelo Estado como “cidadãos de bem” – tende a sobrepor-se à segurança social, com suas políticas públicas sociais garantidoras de direitos. O encrudescimento da face penal-punitiva do Estado tem aprofundado e complexificado as desigualdades sociais e as segregações socioterritoriais neste Brasil contemporâneo.

Nessa perspectiva, em termos da fragilização na materialização tanto dos direitos sociais, como civis, os (as) jovens entrevistados (as) relataram que se sentem abandonados (as) – “jogados ao bando” – esquecidos e invisibilizados pelo Estado em sua face protetiva, todavia tornados alvos preferenciais de sua versão penal-punitiva violenta, a negar-lhes o status de cidadãos. Segundo esses (as) jovens, esse abandono por parte do Estado protetivo estabelece-se em diversos aspectos: socioeconômicos, no precário ou ausente acesso a direitos básicos, como saúde, educação, moradia, assistências social, lazer e cultura. As falas do (as) interlocutores (as) são marcantes, ao delinear as formas hierarquizadas e desiguais de gestão estatal desta cidade. De fato, reconhecem esta situação de “abandono da periferia” por parte do Estado protetivo e, por conseguinte, a presença da versão penal-punitiva estatal em seus territórios vividos. Em paralelo, constroem suas recusas críticas do instituído e recorrem à arte para o exercício da micropolítica.

Sobre o que se refere à cultura, este aspecto foi mais enfatizado nas falas dos (as) interlocutores (as), atentando para a necessidade deste direito ser ofertado pelo Estado, sobretudo para os jovens desses lugares. Foi possível perceber, em suas narrativas, que essas atividades configuravam-se em uma alternativa, em espaços nos quais “as portas que dão acesso ao crime estão sempre abertas”, prontas para seduzirem esses (as) jovens que, ao se veem sem alternativa. Diante de tantas “portas fechadas e desesperanças de futuro”, acabam enveredando-se por aquela que se mostra mais atraente, e, por vezes, a única. No entanto, segundo os (as) jovens, atividades sociais e culturais não aconteciam atualmente como já experienciaram em suas infâncias e adolescência ou, no mínimo, foram reduzidas.

Destaca-se que essa violência associada ao crime existente nestas margens urbanas, torna a vida dos (as) jovens moradores, cada vez mais banalizada, tornados alvos fáceis dessa circunstância, mesmo quando não se encontram envolvidos com o crime organizado e/ou com o narcotráfico. Os (as) jovens interlocutores (as) reconhecem a existência desse contexto de

desigualdades sociais e violências presentes em seus cotidianos. Neste sentido, enunciou Artista:

[...] eu não gosto de ver o Bom Jardim como um bairro esquecido, um bairro marginalizado, cheio de violência. Apesar de saber e concordar que aqui é um bairro violento sim. Aqui é um bairro violento sim, aqui é um bairro que se você não conhecer algumas ruas, você vai passar por constrangimento. É um bairro que degolaram uma pessoa aqui, quase na esquina que vocês desceram, entende? Estrangularam, deixaram a cabeça... Então, a violência tá em tudo isso, explícita na nossa cara.

Nessa perspectiva, é importante salientar que, na interface dessa violência associada ao mundo do crime, existe a violência estatal, que se encontra não apenas na instável intervenção do poder público nesses territórios em termos de garantia de direitos de cidadania social e civil, mas também está impressa, de forma visível, na repressão e violência policiais, que nega aos moradores, em especial aos jovens, mormente alvos dessa violência, mais um direito: o direito à segurança pública e à proteção integral. Isso acontece, porque, de forma geral, o que a força policial acaba por transmitir, através de suas intervenções repletas de concepções preconcebidas e violentas nestas margens, é a insegurança, que se manifesta pelos moradores, e em especial pelos jovens, através de um sentimento de expressivo medo.

Percebe-se que estes (as) jovens são visualizados (as) pela polícia de maneira a empregar-lhes uma imagem associada ao banditismo/criminalidade, mesmo sem saber se estão, realmente, “envolvidos” com o mundo do crime (FELTRAN, 2010) a os bens reais associados (as) a esta característica, ou não. Desse modo, cabe falar acerca da perspectiva de sujeição criminal, discutida por Michel Misse (1999), sobre a qual, podemos dizer, de maneira geral, que concerne a certos indivíduos serem vistos pelas elites como condição de suspeito em potencial, que está “apto” a cometer um crime.

Essa construção acaba por demarcar posições que estes indivíduos, sob “exclusão criminal”¹⁰, ocupam na sociedade. Assim, pessoas que mantenham alguma relação com estes indivíduos, como aquelas que estão inseridas nos mesmos espaços de moradia e socialização destes, mas que não são criminosas, terminam por fazer parte de uma generalização da sujeição criminal, uma vez que, além dessas posições sociais mencionadas, há também o desenvolvimento de linguagens e códigos, por parte dos sujeitos demarcados pela “exclusão criminal, que acabam por se generalizar para os demais, criando subculturas, que podem possibilitar perspectivas estigmatizantes, fazendo com que pessoas não criminosas sejam vistas como tais, sendo, portanto, associadas a esta sujeição criminal (MISSE, 1999; 2010).

Diante do panorama apresentado, do quadro de vulnerabilidades socioeconômicas e civil (KOWARICK, 2010), interpretado através da percepção dos jovens sobre o local onde vivem, damos visibilidade às ações artístico-culturais que existem nesses espaços, e que não possuem como idealizador o Estado, mas, os próprios jovens. Estes, ao entenderem o quadro complexo de vulnerabilidades socioeconômicas e violência urbana aos quais estão submetidos cotidianamente, contrariam a perspectiva do que parece ser um “destino social”, no suposto “envolvimento” naturalizado dos jovens das margens urbanas com atividades ilícitas, bem como contrariando a perspectiva de estarem suscetíveis à perda das identidades (KOWARICK, 2003).

Desse modo, estes jovens, em contraponto ao que trazem as estatísticas, percebendo suas dores nas dores dos outros, se unem e, por si só, constroem formas coletivas de enfrentamento contra um suposto “destino social”, que perfazem os dados quantitativos e as imagens midiáticas, parecendo ser certos para todos os jovens que vivem nas margens urbanas, para, então, transformar a realidade a qual estão imersos. Como eles mesmos relataram,

¹⁰ Misse (1999) aborda que os indivíduos assinalados pela sujeição criminal acabam por serem “retirados” de seu contexto social, estando, então, designado a uma “exclusão criminal”, ou seja, exclusão da sociedade por pertencer ao submundo do crime.

para que as “pessoas de fora” possam olhar para esses locais e para as pessoas que ali vivem de modo a não discriminar, para transformar a estigmatização, o estereótipo atribuído em torno desses espaços e dos sujeitos, passando a visualizar as potencialidades que estes locais e seus moradores possuem.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, diante do explanado neste trabalho foi possível correlacionar os dados estatísticos alarmantes em relação às juventudes, com as resistências político-culturais que se complexificam nas periferias. Ao fazer articulação com as narrativas apresentadas dos (as) jovens participantes do Coletivo Favelart, no qual são moradores das margens da cidade fortalezense, sendo eles os personagens que convivem cotidianamente e sentem na pele a realidade dos dados mencionados, e na contrapartida reinventam simbolicamente as relações sociais.

Mesmo reconhecendo as vulnerabilidades socioterritoriais vividas, conseguimos perceber, a partir das falas dos (as) jovens, seu pertencimento ao local de moradia, conforme construído por eles (as) no decorrer de suas experiências. Dessa maneira, suas falas representam a busca por melhorias em suas trajetórias pessoais e grupais, como também a necessidade por avanços em relações a todos aqueles que residem em territórios estigmatizados e/ou necessitam de incentivo para reconhecer suas necessidades, culturas, direitos. As tessituras de afetos individuais pelo território vivido, na perspectiva de que, ao se reconhecerem no outro, compartilham o sentimento de solidariedade mútua do ponto de vista do bem coletivo, no sentido de oportunizar às crianças, aos adolescentes e aos jovens locais, que conhecem apenas a realidade cruel

que se generaliza em discursos e práticas, outras oportunidades e experiências, garantindo-lhes acesso a formas de arte e cultura, de ressignificação da condição juvenil e, de maneira ampla, do viver nestas margens urbanas.

4. REFERÊNCIAS

BEZERRA, L. M. P. de S. CARVALHO, A. M. P. Medo e insegurança nas margens urbanas: uma interpretação do “viver acuado” em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim. **Revista O público e o privado**, n. 26, 2015.

BEZERRA, L. M. P. de S. *Et al.* Relatório final de pesquisa de iniciação científica (IC/FUNCAP/UECE). Vulnerabilidades Juvenis e Práticas de Resistência Político-Culturais nas margens de Fortaleza-CE: Narrativas e Experiências de jovens negros em seus percursos e territórios no Bom Jardim”. Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará (UECE), 2017 (mimeo).

BEZERRA, L. M. P. de S. **Pobreza e lugar(es) nas margens urbanas**: lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim, 2015. 450 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-Ce, 2015.

_____. Sentidos da pobreza e do viver em territórios estigmatizados: versões de moradores do Grande Bom Jardim em Fortaleza-Ce. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UFMA, 2011.

BRASIL. **Agenda Juventude Brasil**: pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros 2013. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2013. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/estatisticas/agenda_juventude_brasil_vs_jan2014.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

_____. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014**. Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002329/232972POR.pdf>>. Acesso em 12 mar. de 2018.

_____. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude). Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.** Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.

_____. **Mercado do Trabalho e Juventude no Brasil.** Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2010. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A36A27C14013750E887B25674/NR-34%20.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

COSTA, Leandro Oliveira. *Et al.* **Perfil Populacional do Ceará.** Volume 1. Brasil: IPECE, 2010.84p. Índices de Vulnerabilidade Social: caracterização, tendências para a sociedade. IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2015.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos:** a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. 1999. 413f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<http://necvu.tempsite.ws/images/tese%20michel.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 61-85, 2003.

TELLES, V. **A cidade nas fronteiras do ilegal e ilegal.** Belo horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

WACQUANT, Loïc. **A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada.** Paris: La Découverte, 2006.

WASELFISZ, Julio J. **Mapa da violência 2014.** Rio de Janeiro: CEBELA-FLACSO, 2014.

_____. **Violência Letal Contra as Crianças e Adolescentes do Brasil.** Brasília, 2015.148 f.